



Relatório e Contas 1º Semestre 2006

Índice

RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO DE 2006 – 1º SEMESTRE.....	6
ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO DO 1º SEMESTRE DE 2006	13
BALANÇO CONSOLIDADO.....	14
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS.....	15
MAPA DE ALTERAÇÕES AOS CAPITAIS PRÓPRIOS CONSOLIDADOS...	16
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO	17
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS INTERINAS	18
1 INFORMAÇÃO GERAL	18
2 SUMÁRIO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS MAIS SIGNIFICATIVAS.....	18
2.1 Bases de preparação.....	18
2.2 Consolidação	19
2.2.1 Subsidiárias	19
2.2.2 Associadas.....	20
2.3 Relato por segmentos	20
2.4 Conversão cambial	21
2.4.1 Moeda funcional e de apresentação.....	21
2.4.2 Transacções e saldos	21
2.4.3 Empresas do Grupo.....	21
2.5 Activos fixos tangíveis	22
2.6 Activos intangíveis	22
2.6.1 Goodwill.....	22
2.6.2 Trespasses sobre negócios	23
2.6.3 Intangíveis desenvolvidos internamente	23
2.6.4 Propriedade intelectual e outros direitos	24
2.7 Imparidade de activos	24
2.8 Existências	24

2.9 Contas a receber de clientes e outros devedores	25
2.10 Caixa e equivalentes de caixa	25
2.11 Capital social.....	25
2.12 Empréstimos	26
2.13 Impostos diferidos	26
2.14 Provisões.....	26
2.15 Subsídios.....	27
2.16 Reconhecimento do rédito.....	27
2.16.1 Venda	27
2.16.2 Prestação de serviços	27
2.16.3 Manutenção / Suporte	27
2.16.4 Juros.....	28
2.17 Locações	28
3 GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO.....	28
3.1 Risco de crédito.....	28
3.2 Risco de liquidez	29
3.3 Risco de fluxos de caixa e de justo valor associados à taxa de juro.....	29
4 ESTIMATIVAS CONTABILISTICAS E PRESSUPOSTOS CRÍTICOS .	29
4.1 Estimativa da imparidade do goodwill	29
4.2 Impostos Diferidos.....	30
4.3 Rédito.....	30
5 INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS	30
6 EMPRESAS INCLUÍDAS E EXCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO	30
7 ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS.....	31
8 ACTIVOS INTANGÍVEIS.....	32
9 INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS	33
10 IMPOSTOS DIFERIDOS ACTIVOS	33
11 EXISTÊNCIAS.....	35

12	CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS DEVEDORES.....	35
13	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS ACTIVOS	36
14	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	36
15	CAPITAL SOCIAL.....	36
16	RESERVAS E RESULTADOS ACUMULADOS	37
17	CONTAS A PAGAR A FORNECEDORES E OUTROS CREDORES ..	37
18	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS PASSIVOS.....	38
19	EMPRÉSTIMOS	38
20	PROVISÕES PARA OUTROS PASSIVOS E ENCARGOS.....	39
21	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS.....	39
22	CUSTOS COM O PESSOAL	40
23	OUTROS GANHOS LÍQUIDOS	40
24	DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES.....	40
25	RESULTADOS FINANCEIROS	41
26	IMPOSTOS SOBRE RESULTADOS	41
27	RESULTADOS POR ACÇÃO	41
28	COMPROMISSOS.....	42
29	EVENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO	42
30	OUTRAS INFORMAÇÕES.....	42
	BALANÇO INDIVIDUAL	43
	DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS INDIVIDUAL.....	45

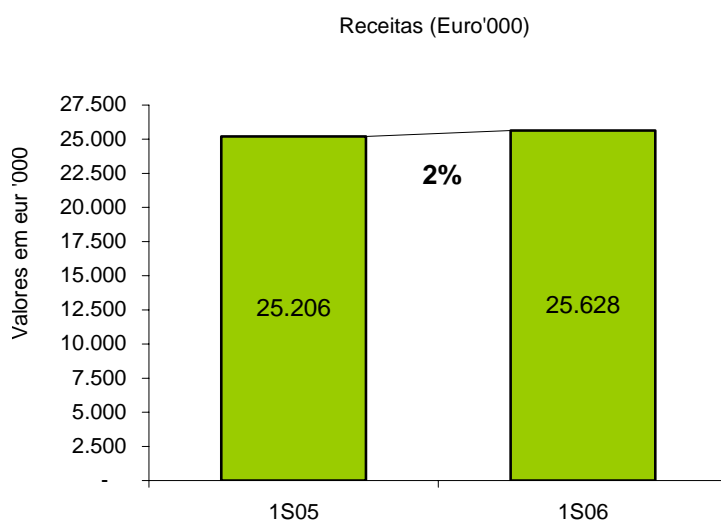
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS INTERINAS 46

INTRODUÇÃO	46
1. Indicação e justificação das disposições do POC	46
3. Critérios valorimétricos	46
3.1. Imobilizado Corpóreo e Incorpóreo.....	46
3.2. Activos e Passivos em moeda estrangeira	47
3.3. Investimentos Financeiros.....	47
3.4. Imposto sobre o Rendimento	47
3.5. Caixa e seus Equivalentes.....	47
4. Cotações utilizadas	48
7. Número médio de pessoas ao serviço da empresa.....	48
8. Despesas de instalação e despesas de investigação e desenvolvimento.....	48
10. Movimentos ocorridos na rubrica de imobilizações e respectivas amortizações.....	48
10.1. Movimento do activo bruto	48
10.2. Movimento das amortizações e ajustamentos	49
15. Bens em regime de locação financeira	49
16. Partes de capital em empresas do grupo e participadas	50
25. Dívidas activas e passivas respeitantes a pessoal	50
34. Provisões.....	50
36. Formas de representação do capital social	50
40. Movimentos ocorridos nos exercício em capitais próprios	51
43. Remunerações dos órgãos sociais.....	51
45. Demonstração dos resultados financeiros	51
46. Demonstração dos resultados extraordinários.....	52
48. Outras informações relevantes	52

Relatório de Gestão - EXERCÍCIO DE 2006 – 1º Semestre

- **Volume de Negócios ascende a 25,6 M€**
- **Prestação de Serviços cresce 33%**
- **Margem Bruta de 10,2M€**
- **Custos de funcionamento reduzem 11%**
- **EBITDA (Resultado Operacional Bruto) cresce 7% (685 mil euros)**
- **Resultado Líquido cresce 35%, ascende a 102 mil euros**

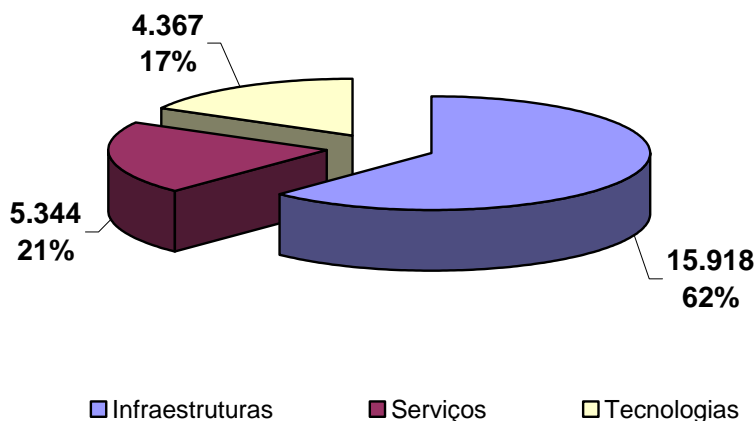
Análise dos Resultados Operacionais



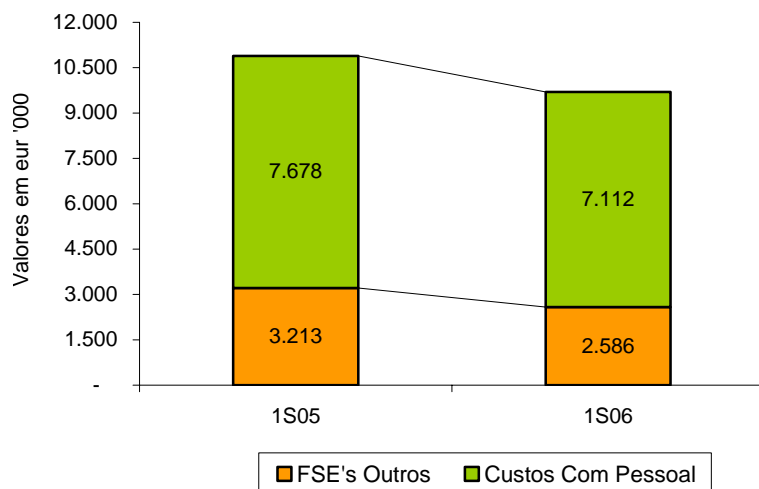
O volume de negócios do primeiro semestre de 2006 registou um crescimento de 2%, face ao período homólogo de 2005, sendo de realçar o crescimento muito significativo da prestação de serviços (+33%).

Receitas por Área de Negócio (m€)

O peso do volume de negócios da Área de Serviços no total do volume de negócios do Grupo aumentou de 16% para 21%, confirmando desta forma a aposta nesta área.

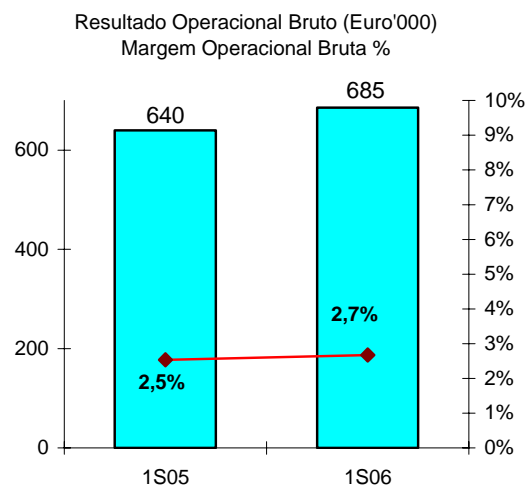


Custos com Pessoal e FSE's

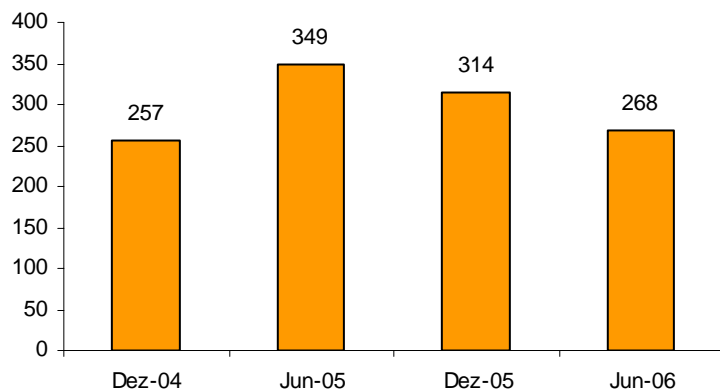


Os custos fixos operacionais registaram uma redução de cerca de 11% devido à racionalização da estrutura ocorrida em 2005 (FSE's -20% e Custos com Pessoal -7%).

O Resultado Operacional Bruto obteve um crescimento de cerca de 7% e a margem operacional bruta passou de 2,5% para 2,7%, resultante em grande medida da redução dos custos de funcionamento.



Nº de Colaboradores do Grupo ParaRede



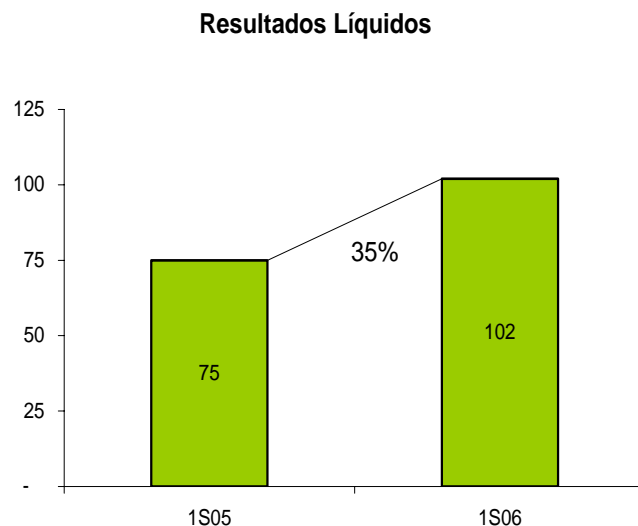
A redução de colaboradores verificada neste semestre tem como principal factor o trespasse das unidades económicas. Com esta operação, 34 colaboradores deixaram de pertencer à ParaRede.

Análise dos Resultados Líquidos

Os resultados financeiros registaram um agravamento de cerca de 74% e são constituídos essencialmente pelo custo do financiamento. Este agravamento deve-se ao facto do endividamento médio neste semestre ter sido claramente superior ao verificado em igual período de 2005.

As amortizações do exercício incluem cerca de 189 mil euros referentes a activos intangíveis (desenvolvimento de produtos próprios) que em 2005 não integravam o activo da ParaRede.

A mais valia obtida com o trespasse das Unidades Económicas resulta da diferença entre o valor de venda (1 milhão de euros) e o desenvolvimento dos produtos de software, agora alienados (cerca de 600 mil euros), o imobilizado corpóreo (cerca de 90 mil euros) e todos os outros activos que se encontravam afectos a estas unidades.

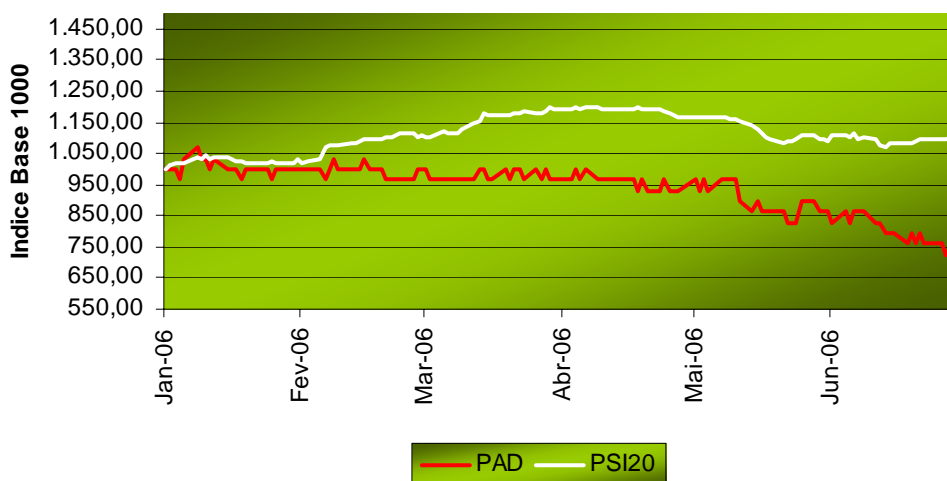
**Contas Individuais**

As contas individuais foram elaboradas com base nos princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal (POC) à semelhança das contas comparáveis dos anos transactos.

O Resultado líquido negativo apurado neste período foi de 2.750.598 euros o que significou um ligeiro decréscimo de 40.181 euros face a igual período de 2005.

Mercado de Capitais

O desempenho do título ParaRede durante este semestre foi inferior ao índice PSI20, desvalorizando-se 28%, enquanto o principal índice bolsista nacional neste período valorizou apenas 10% neste período. Apesar desta desvalorização o volume de transacções continuou a ser muito elevado (o título ParaRede foi o 7º mais líquido do Índice – com uma média de transacções de 1,5 milhões de acções por dia durante o semestre).

Comparação da Performance Bolsista da ParaRede e do PSI 20 durante o primeiro semestre de 2006**Factos relevantes ocorridos no primeiro semestre****a) ParaRede multada em 100 Mil Euros pela CMVM**

A ParaRede entende que a coima não tem fundamento legal, pelo que impugnou judicialmente a decisão proferida pela CMVM.

b) Alterações no Conselho de Administração e Comissão Executiva

Na sequência da carta de renúncia apresentada pelo Dr. Paulo Miguel de Sousa Gonçalves Ramos, procedeu-se à reestruturação do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da Sociedade tendo aquele sido substituído pelo Dr. Pedro Rebelo Pinto em 12 de Maio. O Dr. João Moreira, que até então assegurava a Direcção Geral das Divisões de Infra-estruturas e Serviços, passou a integrar o Conselho de Administração e a Comissão Executiva.

c) Alienação das Unidades Económicas

A ParaRede alienou negócios de tecnologias próprias, concretamente as Unidades de Electronic Markets e Customer and Process Management assim como a unidade de Prestação de Serviços nas áreas de Tecnologias de Informação em Angola.

d) ParaRede vê renovado o certificado de Qualidade

Pelo 10º ano consecutivo a ParaRede vê reconhecidos os seus esforços com a certificação do seu sistema de gestão da qualidade, facto que se reveste de extrema importância na garantia da prestação de serviços aos nossos Clientes.

e) ParaRede reconhecida pela HP

A ParaRede é a única empresa portuguesa a receber o “HP OpenView Channel Excellence Award 2006”, prémio que visa distinguir parceiros de negócio que se diferenciam pela excelência das soluções tecnológicas e desenvolvimento de projectos com Software HP.

f) ParaRede bate recorde de vendas de equipamentos POS

Confirmando a aposta nas Tecnologias Próprias e a perspectiva de forte crescimento dos resultados desta área de negócio em 2006, a ParaRede anuncia a comercialização de 5 800 unidades nos últimos 6 meses, isto é, mais de 60% do volume de vendas máximo da GAIN antes da sua integração na ParaRede em 2005.

Esclarecimento ao Trespasse das Unidades de Negócio

No passado dia 12 de Junho de 2006 foi divulgado ao mercado informação sobre a recente operação de trespasse pela ParaRede das suas Unidades de Negócio de *Electronic Markets*, *Customer and Process Management* e de *Prestação de Serviços nas áreas de Tecnologias de Informação em Angola*, bem como a venda de 67% do capital social de uma sociedade de direito angolano a constituir sob a denominação de ParaRede África.

Na sequência de diversos pedidos de esclarecimento por parte de investidores e outras entidades, a ParaRede vem clarificar o seguinte:

1. As três unidades de negócio trespasadas representavam (em valores acumulados no corrente ano):
 - ✓ Cerca de 14% do volume de negócios total, do primeiro semestre;
 - ✓ Um valor negativo de 139 mil euros de resultado operacional bruto, no final do mês de Junho.
2. Quanto à Unidade de *Customer and Process Management*, importa referir que:
 - ✓ Enquanto prestadores de Serviços ao nível do desenvolvimento e integração damos preferência a produtos líderes. Tal não acontecia com o produto de workflow e gestão de arquivo OWNet, não obstante a sua qualidade;
 - ✓ Por outro lado, as tecnologias de atendimento têm manifestamente fraca complementaridade com a restante oferta e obrigam a um esforço em investigação e desenvolvimento que consideramos não ser compensador face à dimensão e ao mercado potencial.
3. Quanto à Unidade de *Electronic Markets*:
 - ✓ Trata-se de um negócio de fraca expressão e cujos contornos não se encontram totalmente definidos. Dadas as características de nicho das principais componentes de oferta desta Unidade, a ParaRede decidiu desinvestir.
4. A unidade de Angola, ora transferida, era constituída por um escritório local com dois quadros, e servia quase exclusivamente como veículo de comercialização dos serviços e produtos das unidades trespasadas. Neste sentido, a empresa a constituir em Angola é a transformação deste escritório numa sociedade autónoma de direito angolano.

Sem prejuízo do desenvolvimento do negócio desde Portugal, a ParaRede continua a ter por objectivo o mercado nos PALOP, especialmente em Angola, e a equacionar a presença directa neste País face ao seu potencial de negócio.
5. A ParaRede continua a apostar em Tecnologias Próprias, como são exemplo: a Unidade de Pagamentos Electrónicos, onde a ParaRede é líder de mercado, sendo os seus competidores empresas multinacionais de dimensão internacional; o Eurofac, produto de software desenvolvido pela ParaRede e que é líder de mercado na área de *factoring*; e plataforma de leilões para mercados financeiros.

Estratégia

Tendo como enquadramento a sustentabilidade e rentabilidade do Grupo no médio/longo prazo e a remuneração dos capitais adequada, a orientação estratégica da ParaRede tem por base cinco vectores fundamentais:

1. Reforço das áreas de serviços de desenvolvimento e integração

A ParaRede está a reforçar todos os seus serviços de desenvolvimento e integração. Recrutando e investindo na formação dos seus quadros, com o objectivo de aprofundar as suas competências *core*, aprofundando as parcerias e desenvolvendo os produtos próprios com capacidade de diferenciação e potencial de liderança.

2. Aposta em Consultoria sobre as Tecnologias diferenciadoras

A ParaRede tem todas as condições para disponibilizar uma oferta focalizada em Consultoria de TI. A experiência em tecnologias de informação permite que o Grupo ParaRede ofereça aos seus Clientes mais do que soluções de infra-estrutura e desenvolvimento aplicacional. A título de exemplo destacamos a consultoria na área de segurança, a continuidade de negócio, a gestão do ciclo de vida da informação e arquitectura de sistemas abertos. A ParaRede, nas competências identificadas, foca a sua actividade no alinhamento entre o negócio e as TI, reduzindo os custos de operação dos clientes e orientando-os nas suas iniciativas.

3. Expansão da actividade de suporte e manutenção *Multivendor*

A ParaRede tem uma experiência comprovada e única no suporte e manutenção de infra-estruturas *multivendor*, estando reunidas actualmente todas as condições para expandir este negócio. Com este serviço, o Cliente tem um único interlocutor/responsável para a prestação global dos seus serviços de manutenção. Desta forma, as coberturas e os níveis de serviço são cada vez mais à medida dos requisitos dos Clientes, em todas as vertentes de intervenção.

4. Aumento da contribuição da área de *outsourcing*

Atendendo ao grau de importância que o *outsourcing* tem vindo a adquirir nas organizações, a ParaRede pretende que a empresa ParaRede netPeople seja uma referência no mercado. Para tal efectuou ajustes em termos de posicionamento que permitiram reestruturar a sua oferta. Actualmente a empresa possui uma sólida estrutura que conta com mais de 120 profissionais qualificados que actuam nas diferentes áreas do *outsourcing* de tecnologias de informação.

5. Potenciar a oferta nos Serviços Financeiros

A ParaRede, fruto da experiência e conhecimentos adquiridos ao longo do tempo, vê neste sector uma oportunidade para alargar a sua oferta, criando competências únicas e sustentáveis tanto no desenvolvimento aplicacional como nas infra-estruturas, das quais se destacam os sistemas de pagamentos electrónicos (onde somos líderes de mercado), as aplicações especializadas e a gestão de parques informáticos.

Para o efeito, a ParaRede continua a apostar no crescimento orgânico e a considerar novas aquisições. A concretização destas serão sempre pautadas por critérios selectivos com base no acréscimo de competências que completem a oferta actual e/ou sinergias que permitam potenciar a actual operação

Acções próprias

Durante o primeiro semestre de 2006 não foram transaccionadas acções próprias.

Negócios com a sociedade

Não foram concedidas quaisquer autorizações para a realização de negócios entre a sociedade e os seus Administradores durante o primeiro semestre de 2006.

Sucursais

A sociedade não tem sucursais.

Perspectivas para o segundo semestre de 2006

No segundo semestre a conjuntura económica continua a perspectivar-se desfavorável para o sector.

Não obstante, a ParaRede prevê melhorar a sua margem operacional face ao primeiro semestre e desta forma atingir resultados operacionais positivos no final do exercício.

Lisboa, 12 de Julho de 2006

O Conselho de Administração

ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO DO 1º Semestre de 2006

Participação dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização, na Sociedade e em Sociedades em relação de domínio ou de Grupo (Artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais)

Conselho de Administração da ParaRede, SGPS	Adquiridas			Oneradas	Vendas			Ações detidas 30-Jun-06
	Quantidade	Data	Preço(Eur)		Quantidade	Data	Preço(Eur)	
Pedro Rebelo Pinto ^(a)	225.000	Jun-06	0,22	-	-	-	-	225.000
Paulo Tavares Guedes ^(a)	-	-	-	-	-	-	-	-
João Nuno da Costa Moreira	-	-	-	-	-	-	-	-
Pedro Manuel de Barros Inácio	-	-	-	-	-	-	-	150
António Miguel Natário Rio Tinto	-	-	-	-	-	-	-	-
Fiscal Único da ParaRede, SGPS	Adquiridas			Oneradas	Vendas			Ações detidas 30-Jun-06
	Quantidade	Data	Preço(Eur)		Quantidade	Data	Preço(Eur)	
Vitor Rodrigues de Oliveira	-	-	-	-	-	-	-	-

(a) Titular indirecto de 47 397 260 acções, pelo facto de ser accionista e membro do Conselho de Administração da Structured Investments, SGPS, S.A.

Participações Qualificadas

Para efeitos da alínea e) do nº 1 do artigo 6º do regulamento 11/2000 da CMVM, apresenta-se a lista de titulares de participações qualificadas conhecidas a 30 de Junho de 2006 calculadas nos termos do art.20º do Código dos Valores Mobiliários, e também, para efeitos do artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais, quanto à lista dos accionistas que na data do encerramento do primeiro semestre de 2006, são titulares de pelo menos um décimo do capital da Sociedade:

Participação qualificada na ParaRede, SGPS, S.A.	nº de acções	% do Capital	% dos Dtos de voto
Structured Investments, SGPS, S.A.	47.397.260	13,03%	13,03%
Banco Espírito Santo, S.A.	33.811.563	9,29%	9,29%

Balanço Consolidado

Valores em euros

	30.Jun.2006	31.Dez.2005
ACTIVO		
Não corrente		
Activos fixos tangíveis	856.215	966.435
Activos intangíveis	44.953.692	45.866.558
Investimentos em associadas	4.500	3.500
Impostos diferidos activos	6.955.000	6.955.000
	52.769.406	53.791.492
Corrente		
Existências	1.735.216	2.057.038
Contas a receber de clientes e outros devedores	18.315.924	21.890.497
Caixa e equivalentes de caixa	709.486	823.618
Acréscimos e diferimentos activos	5.557.552	3.891.173
	26.318.179	28.662.326
Total do Activo	79.087.585	82.453.819
CAPITAL PRÓPRIO		
Capital e reservas atribuíveis aos detentores do capital		
Capital social	36.371.470	36.371.470
Prémios de emissão	-	17.202.967
Outras reservas	1.856.872	1.929.924
Resultados retidos de exercícios anteriores	5.761.417	2.457.565
Resultados retidos no exercício	101.902	(13.972.167)
	44.091.660	43.989.758
Interesses minoritários	-	-
	44.091.660	43.989.758
PASSIVO		
Corrente		
Contas a pagar a fornecedores e outros credores	11.128.602	17.397.853
Empréstimos	12.784.650	8.508.338
Provisões para outros passivos e encargos	209.918	279.918
Acréscimos e diferimentos passivos	10.872.754	12.277.952
Total do Passivo	34.995.924	38.464.061
Total do Capital Próprio e Passivo	79.087.585	82.453.819

As notas nas páginas 18 a 42 são consideradas uma parte integral das demonstrações financeiras consolidadas interinas

Demonstração dos Resultados Consolidados

Valores em euros

	Operações em Continuação	Operações Descontinuadas	Jun 06	Jun 05	Variação homóloga
Vendas	9.146.992	1.531.630	10.678.622	13.942.868	-23%
Prestação de serviços	12.853.947	2.095.913	14.949.861	11.263.235	33%
Custo das vendas	(7.355.131)	(1.069.018)	(8.424.149)	(8.699.319)	-3%
Subcontratos	(5.688.194)	(1.344.957)	(7.033.151)	(5.542.590)	27%
Margem Bruta	8.957.614	1.213.568	10.171.182	10.964.194	-7%
Fornecimentos e serviços externos	(1.930.101)	(655.445)	(2.585.546)	(3.212.648)	-20%
Custos com pessoal	(6.356.820)	(755.609)	(7.112.429)	(7.677.847)	-7%
Outros ganhos e perdas - líquidas	153.720	58.353	212.073	565.887	-63%
Resultado operacional bruto	824.414	(139.134)	685.280	639.586	7%
Depreciações e amortizações	(288.178)	(151.694)	(439.872)	(397.311)	11%
Perdas por imparidade	-	-	-	-	-
Resultado operacional	536.235	(290.828)	245.407	242.275	1%
Resultados financeiros	(237.642)	(52.747)	(290.389)	(166.780)	74%
Ganhos em empresas associadas	-	-	-	-	-
Resultado antes de impostos sobre lucros	298.593	(343.575)	(44.982)	75.495	-160%
Imposto sobre lucros	0	0	0	-	-
Resultados depois de impostos e antes de alienação de operações descontinuadas	298.593	(343.575)	(44.982)	-	-
Ganhos com operações descontinuadas	-	146.884	146.884	-	-
Resultado líquido do exercício	298.593	(196.691)	101.902	75.495	35%

As notas nas páginas 18 a 42 são consideradas uma parte integral das demonstrações financeiras consolidadas interinas

Mapa de Alterações aos Capitais Próprios Consolidados

Nota	Atribuível a detentores do capital						Total Capital Próprio
	Capital social	Prêmios de emissão de ações	Ações próprias	Outras reservas	Resultados retidos	Interesses minoritários	
Saldo em 1 de Janeiro de 2005	30.000.000	-	-	1.450.643	2.936.846	-	34.387.489
Resultado líquido do 1º semestre	-	-	-	-	75.496	-	75.496
Aumento de capital por entrada em espécie	6.371.470	17.202.967	-	-	-	-	23.574.437
Transferencia do resultado de 2004	-	-	-	479.281	(479.281)	-	-
Saldo em 30 de Junho de 2005	36.371.470	17.202.967	-	1.929.924	2.533.061	-	58.037.422
Resultado líquido do 2º semestre	-	-	-	-	(14.047.664)	-	(14.047.664)
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	36.371.470	17.202.967	-	1.929.924	(11.514.603)	-	43.989.758
Saldo em 1 de Janeiro de 2006	36.371.470	17.202.967	-	1.929.924	(11.514.603)	-	43.989.758
Redução de capital para cobertura de prejuízos	16	-	(17.202.967)	-	17.202.967	-	-
Resultado líquido do 1º semestre	16	-	-	-	101.902	-	101.902
Saldo em 30 de Junho de 2006	36.371.470	0	-	1.929.924	5.790.266	-	44.091.660

A ADMINISTRAÇÃO

As notas nas páginas 18 a 42 são consideradas uma parte integral das demonstrações financeiras consolidadas interinas

Demonstração de Fluxos de Caixa Consolidado

		Semestre findo em 30 de Junho	
DESCRIÇÃO		2006	2005
Actividades Operacionais			
Recebimentos de clientes		26.046.777	28.773.314
Pagamentos a fornecedores		(24.815.942)	(25.617.955)
Pagamentos ao pessoal		(7.439.910)	(8.616.306)
Fluxo gerado pelas operações		(6.209.075)	(5.460.947)
Pagamentos / recebimentos imposto s/ rendimento		(100.353)	(143.015)
Outros pagamentos / recebimentos relat. activ. operacionais		(1.458.362)	(1.681.354)
		(1.558.715)	(1.824.369)
Fluxo de actividades operacionais		(7.767.790)	(7.285.316)
Actividades de Investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Aquisição de uma subsidiária		0	1.933.332
Activos fixos tangíveis		275	16.099
Subsídios de investimento		243.289	100.918
		243.564	2.050.349
Pagamentos respeitantes a:			
Aquisição de um negócio		0	1.000.000
Investimentos financeiros		1.000	3.500
Activos fixos tangíveis		34.656	111.882
Activos intangíveis		0	246.344
		35.656	1.361.726
Fluxo actividades de investimento		207.908	688.623
Actividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos	19	8.410.000	6.265.965
Aumento capital, prest. suplem., prémios emissão		-	-
Accionistas		-	-
Juros e proveitos similares		45.453	26.679
		8.455.453	6.292.644
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos	19	600.304	576.906
Amortização contratos locação financeira		27.719	24.651
Juros e custos similares		381.680	294.812
		1.009.703	896.369
Fluxo actividades de Financiamento		7.445.750	5.396.275
Variações de caixa e seus equivalentes		(114.132)	(1.200.418)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes - início do exercício	14	823.618	2.339.777
Caixa e seus equivalentes - fim do exercício	14	709.486	1.139.359

A ADMINISTRAÇÃO

As notas nas paginas 18 a 42 são consideradas uma parte integral das demonstrações financeiras consolidadas interinas

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Interinas 30 de Junho de 2006

(valores em euros)

1 Informação Geral

A ParaRede SGPS, SA (empresa mãe) e as suas filiais (Grupo ou ParaRede) têm como actividades principais a prestação de serviços e venda de produtos na área das tecnologias de informação, assumindo-se como integrador de sistemas. As actividades do Grupo ocorrem principalmente em Portugal, no entanto, paralelamente existe uma operação em Espanha e a partir do início de 2005 passou a haver transações significativas nos países Africanos de expressão portuguesa, sobretudo em Angola.

Durante o primeiro semestre de 2006 não houve qualquer alteração ao perímetro do Grupo.

A ParaRede SGPS, SA é uma sociedade anónima, domiciliada em Portugal, com sede na Rua Laura Alves, 12 – 3º, Lisboa.

A empresa mãe foi constituída em Dezembro de 1995 com o objectivo de definir, rever e controlar a missão e as linhas de orientação estratégicas do Grupo.

O Grupo, desde Junho de 1999, que se encontra cotado na Euronext Lisboa (ex-BVLP).

As demonstrações financeiras consolidadas interinas foram aprovadas em reunião de Conselho de Administração de 12 de Julho de 2006.

2 Sumário das políticas contabilísticas mais significativas

2.1 Bases de preparação

As demonstrações financeiras consolidadas interinas do Grupo ParaRede foram preparadas para os primeiros seis meses do ano, findo em 30 de Junho de 2006, de acordo com IAS 34, “*Interim Financial Reporting*”.

Estas demonstrações financeiras interinas foram preparadas de acordo com as normas IFRS “*International Financial Reporting Standards*” (Normas Internacionais de Relato Financeiro), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e com as Interpretações do *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC) emitidas e vigentes à data da preparação das demonstrações financeiras.

Os principais critérios contabilísticos aplicados na elaboração destas demonstrações financeiras consolidadas estão descritos abaixo. Estas políticas contabilísticas foram consistentemente aplicadas aos períodos aqui apresentados, salvo indicação contrária.

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até 31 de Dezembro de 2004. Os princípios contabilísticos portugueses diferem em algumas áreas face aos IFRS. Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas interinas de 2006 do Grupo, a Administração alterou certos métodos de contabilização e valorização, aplicados nas demonstrações financeiras portuguesas de maneira a cumprir com os IFRS.

Estas demonstrações financeiras consolidadas interinas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela reavaliação dos activos financeiros disponíveis para venda, e pelos activos financeiros e passivos financeiros valorizados pelo justo valor.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com o IAS 34 exige a utilização de estimativas contabilísticas. A Administração necessita também de exercer julgamento sobre o processo de aplicação dos princípios contabilísticos da empresa. As áreas que envolvem maior grau de complexidade e julgamento ou as áreas sobre as quais os pressupostos e as estimativas são mais significativas são divulgadas na nota 4.

2.2 Consolidação

2.2.1 Subsidiárias

Subsidiárias são todas as entidades (incluindo entidades com finalidades especiais) sobre as quais o Grupo tem o poder de decisão sobre as políticas financeiras e operacionais, geralmente representado por mais de metade dos direitos de voto. A existência e o efeito dos direitos de voto potenciais que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis é considerada quando se avalia se o Grupo detém o controlo sobre outra entidade. As subsidiárias são consolidadas a partir da data em que o controlo é transferido para o Grupo, sendo excluídas da consolidação a partir da data em que o controlo cessa.

É usado o método da aquisição integral para contabilizar a aquisição das subsidiárias pelo Grupo. O custo de uma aquisição é mensurado pelo justo valor dos bens entregues, instrumentos de capital emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data de aquisição mais os custos directamente atribuíveis à aquisição. Os activos identificáveis adquiridos, os passivos e passivos contingentes assumidos numa concentração empresarial são mensurados inicialmente ao justo valor na data de aquisição, independentemente da existência de interesses minoritários. O excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da parcela do Grupo dos activos e passivos identificáveis adquiridos é registado como *goodwill*. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos activos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida directamente na demonstração dos resultados do período (ver nota 2.6).

As transacções intragrupo e os saldos e ganhos não realizados em transacções entre empresas do Grupo são eliminados. As perdas não realizadas são também eliminadas, excepto se a transacção revelar evidência de imparidade de um activo transferido (ver nota 2.7). As políticas contabilísticas de subsidiárias foram alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir consistência com as políticas adoptadas pelo Grupo.

2.2.2 Associadas

Associadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo exerce influência significativa mas não possui controlo, geralmente com participações entre 20% e 50% dos direitos de voto. Os investimentos em associadas são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial.

O investimento do Grupo em associadas inclui o *goodwill* (líquido de perdas por imparidade) identificado na data de aquisição (ver nota 2.6).

A participação do Grupo nos ganhos e perdas das suas associadas após a aquisição é reconhecida na demonstração dos resultados e a quota-parte nos movimentos das reservas, após a aquisição, é reconhecida em reservas, por contrapartida do valor contabilístico do investimento financeiro. Quando a participação do Grupo nas perdas da associada iguala ou ultrapassa o seu investimento na mesma, incluindo contas a receber não cobertas por garantias, o Grupo deixa de reconhecer perdas adicionais excepto se tiver incorrido em obrigações ou efectuado pagamentos em nome da associada.

Os ganhos não realizados em transacções com as associadas são eliminados ao limite da participação do Grupo nas associadas. As perdas não realizadas são também eliminadas, excepto se a transacção revelar evidência de imparidade de um activo transferido (ver nota 2.7). As políticas contabilísticas de associadas foram alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir consistência com as políticas adoptadas pelo Grupo.

2.3 Relato por segmentos

Um segmento de negócio é um grupo de activos e operações envolvidos no fornecimento de produtos ou serviços sujeitos a riscos e benefícios que são diferentes de outros segmentos de negócio. Um segmento geográfico está envolvido em fornecer produtos ou serviços num ambiente económico particular que está sujeito a riscos e benefícios diferentes daqueles dos segmentos que operam em outros ambientes económicos.

Dadas as características da actividade operacional do Grupo a esta data, considera-se existir apenas um segmento de negócio relatável.

2.4 Conversão cambial

2.4.1 Moeda funcional e de apresentação

Os elementos incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das entidades do Grupo são mensurados utilizando a moeda do ambiente económico em que a entidade opera (“moeda funcional”). As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em euros, sendo esta a moeda funcional e de apresentação da empresa mãe.

2.4.2 Transacções e saldos

As transacções em moedas diferentes do euro são convertidas em moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transacções. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes da liquidação das transacções e da conversão, pela taxa à data do balanço, dos activos e dos passivos monetários denominados em moeda diferente do euro, são reconhecidos na demonstração dos resultados, excepto quando diferido em capital próprio, se se qualificarem como coberturas de fluxos de caixa.

2.4.3 Empresas do Grupo

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades do Grupo (nenhuma das quais tendo divisas de uma economia hiper-inflacionária) que possuam uma moeda funcional diferente da moeda de apresentação são convertidos para a moeda de apresentação como segue:

- (i) Os activos e passivos de cada balanço apresentado são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data das demonstrações financeiras;
- (ii) Proveitos e custos da demonstração dos resultados são convertidos pela taxa média de câmbio (a não ser que a taxa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas em vigor nas datas das transacções, sendo neste caso os rendimentos e os gastos convertidos pelas taxas de câmbio em vigor nas datas das transacções); e
- (iii) As diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como componente separada no capital próprio.

Na consolidação, as diferenças de câmbio resultantes da conversão do investimento líquido em entidades estrangeiras, de empréstimos e de outros instrumentos financeiros designados como cobertura de tais investimentos, são levadas aos capitais próprios. Quando uma operação estrangeira é vendida, essas diferenças de câmbio são reconhecidas na demonstração dos resultados como parte do ganho ou perda na venda.

O *goodwill* e ajustamentos ao justo valor resultantes da aquisição de uma entidade estrangeira são tratados como activos ou passivos da entidade estrangeira e convertidos à taxa de câmbio da data de encerramento.

2.5 Activos fixos tangíveis

As imobilizações corpóreas são compostas, essencialmente, por equipamento básico e administrativo. As imobilizações corpóreas são relevadas ao custo de aquisição, líquido das depreciações acumuladas. Considera-se como custo de aquisição, os custos directamente atribuíveis à aquisição dos activos (soma do respectivo preço de compra com os gastos suportados directa ou indirectamente para o colocar no seu estado actual).

Os custos subsequentes são incluídos no valor contabilístico do activo ou são reconhecidos como um activo separadamente, apenas quando seja provável a existência de benefícios económicos futuros associados ao bem e quando o custo puder ser fiavelmente mensurado. Todas as outras despesas de manutenção, conservação e reparação são registadas na demonstração dos resultados durante o período financeiro em que são incorridas.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, durante as suas vidas úteis estimadas como se segue:

	<u>N.º de anos</u>
• Edifícios e outras construções	5 a 50
• Equipamento básico	3 a 10
• Ferramentas e utensílios	3 a 10
• Equipamento de transporte	3 a 6
• Equipamento administrativo	3 a 10
• Outras imobilizações corpóreas	3 a 10

O valor residual de um activo e a sua vida útil são revistos e ajustados, caso necessário, na data de cada balanço.

Quando a quantia registada de um activo é superior ao seu valor recuperável, esta é ajustada imediatamente para o seu valor recuperável (ver nota 2.7)

Os ganhos e as perdas nas alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o montante líquido registado e são incluídos no resultado do período.

2.6 Activos intangíveis

2.6.1 Goodwill

O *goodwill* representa o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos activos e passivos identificáveis da subsidiária/associada na data de aquisição. O *goodwill* de aquisições de subsidiárias é incluído nos activos intangíveis. O *goodwill* de aquisições de associadas é incluído em investimentos em associadas.

O *goodwill* é apurado na data de aquisição numa base provisória e os justos valores dos activos e passivos adquiridos e do custo de aquisição podem ser alterados até ao fim do exercício seguinte à data da aquisição.

O *goodwill* é sujeito a testes de imparidade, numa base anual e é relevado ao custo, deduzido de perdas de imparidade acumuladas. Ganhos ou perdas decorrentes da venda de uma entidade incluem o valor do *goodwill* referente à mesma.

Para efeitos de realização de testes de imparidade o *goodwill* é alocado às unidades geradoras de fluxos de caixa. Cada uma dessas unidades geradoras de fluxos de caixa representa o investimento, do Grupo, em cada uma das áreas de negócio em que o mesmo opera (ver nota 2.7).

2.6.2 Trespases sobre negócios

Os trespases sobre negócios representam os valores pagos pela empresa para adquirir um negócio a outra entidade, ou para adquirir um direito legal por um período de vida definido. Os trespases encontram-se relevados ao custo de aquisição deduzido de amortizações, sempre que o contrato tenha vida útil finita, e o custo de aquisição sujeito a testes de imparidade, nos casos em que a vida útil não esteja definida.

2.6.3 Intangíveis desenvolvidos internamente

As despesas de investigação, efectuadas na procura de novos conhecimentos técnicos ou científicos ou na busca de soluções alternativas, são reconhecidas em resultados quando incorridas. As despesas de desenvolvimento são reconhecidas como activos intangíveis, quando: i) for demonstrável a exequibilidade técnica do produto ou processo em desenvolvimento, ii) o Grupo tiver a intenção e a capacidade de completar o seu desenvolvimento, iii) a viabilidade comercial esteja assegurada e iv) o seu custo possa ser fiavelmente mensurado.

As despesas de desenvolvimento anteriormente registadas como custo, não são reconhecidas como um activo no período subsequente. Os custos de desenvolvimento que têm uma vida útil finita, e foram capitalizados, são amortizados desde o momento da sua comercialização, pelo método das quotas constantes, pelo período de benefício económico esperado que por norma não excede os cinco anos.

Os principais intangíveis desenvolvidos internamente estão relacionados com o desenvolvimento de produtos de software considerado identificável e único, controláveis pelo Grupo, e que se espera venham a gerar benefícios económicos, por um período de mais de um ano, superiores ao investimento efectuado.

Os custos capitalizados nesta rubrica são valorizados em função dos gastos com mão de obra directa bem como os custos directamente associados aos mesmos e, os custos incorridos com subcontratações de entidades externas.

2.6.4 Propriedade intelectual e outros direitos

Estes activos encontram-se registados ao custo de aquisição. A rubrica de propriedade intelectual e outros direitos tem uma vida útil definida e é contabilizada ao custo deduzido de amortizações acumuladas. As amortizações são calculadas usando o método das quotas constantes por um período de 3 anos.

2.7 Imparidade de activos

Os activos que não têm uma vida útil definida não estão sujeitos a amortização mas, são objecto de testes de imparidade anuais. Os activos que são sujeitos a amortização são revistos quanto à imparidade sempre que os eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor pelo qual se encontram relevados possa não ser recuperável. Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia relevada do activo face ao seu valor recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre justo valor do activo, menos os custos de realização, e o seu valor de uso. Para realização de testes de imparidade, os activos são agrupados pelo menor grupo identificável de activos que geram influxos de caixa derivados do uso continuado e que sejam, em larga medida, independentes dos influxos de caixa de outros activos ou grupo de activos (unidades geradoras de fluxos de caixa).

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se concluir que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram (com excepção das perdas de imparidade do goodwill – ver Nota 2.6.1). Esta análise é efectuada sempre que existem indícios que a perda por imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido.

A reversão de perdas por imparidade é reconhecida na demonstração de resultados como outros ganhos e perdas operacionais. Contudo, a reversão de perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (liquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

2.8 Existências

As existências, incluindo principalmente mercadorias, matérias-primas e subsidiárias, são registadas ao mais baixo valor entre o custo e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para os colocar no seu local e na sua condição actual.

Os custos de financiamento são excluídos. O valor realizável líquido é o preço da venda estimado de acordo com as actividades normais de negócio, menos as despesas de venda imputáveis.

O método de custeio adoptado para valorização das saídas de armazém é o custo médio ponderado.

2.9 Contas a receber de clientes e outros devedores

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efectiva, deduzido das perdas para imparidade (se aplicável). As perdas por imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objectiva de que o Grupo não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das contas a receber. O valor da perda por imparidade é a diferença entre o valor apresentado e o valor presente estimado dos fluxos de caixa futuros, descontado à taxa de juro efectiva. O valor da perda por imparidade é reconhecido na demonstração dos resultados.

2.10 Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e equivalentes de caixa inclui caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidade inicial até 3 meses e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no balanço, no passivo corrente, na rubrica “Empréstimos”.

2.11 Capital social

As acções ordinárias são classificadas no capital próprio.

Os custos directamente atribuíveis à emissão de novas acções ou opções são apresentados como uma dedução, líquida de impostos, ao valor recebido resultante desta emissão. Os custos directamente imputáveis à emissão de novas acções ou opções, para a aquisição de um negócio, são incluídos no custo de aquisição como parte do valor da compra.

Quando a empresa ou as suas filiais adquirem acções próprias da empresa mãe, o montante pago é deduzido ao total dos capitais próprios atribuível aos accionistas, e apresentado como acções próprias, até à data em que estas são canceladas, reemitidas ou vendidas. Quando tais acções são subsequentemente vendidas ou reemitidas, o montante recebido é novamente incluído nos capitais próprios atribuíveis aos accionistas.

2.12 Empréstimos

Os empréstimos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transacção incorridos. Os empréstimos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado; qualquer diferença entre os recebimentos (líquidos de custos de transacção) e o valor amortizado é reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa efectiva.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente, excepto se o Grupo possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, doze meses após a data do balanço, sendo neste caso classificado no passivo não corrente.

2.13 Impostos diferidos

Os impostos diferidos são calculados com base na responsabilidade de balanço, sobre as diferenças temporárias entre a base fiscal de activos e passivos e os seus valores contabilísticos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os impostos diferidos são determinados pelas taxas fiscais (e leis) decretadas ou substancialmente decretadas na data do balanço e, que se espera, sejam aplicáveis no período de realização do imposto diferido activo ou de liquidação do imposto diferido passivo.

São reconhecidos impostos diferidos activos sempre que exista razoável segurança de que serão gerados lucros futuros contra os quais poderão ser utilizados. Os impostos diferidos activos são revistos periodicamente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados.

Os impostos diferidos são registados como custo ou proveito do exercício, excepto se resultarem de valores registados directamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

2.14 Provisões

São constituídas provisões no balanço sempre que: i) o Grupo tenha uma obrigação presente, legal ou construtiva, resultante de um acontecimento passado; ii) seja provável que um exfluxo, razoavelmente estimável, de recursos incorporando benefícios económicos será exigida para liquidar esta obrigação e; iii) que o seu valor seja fiavelmente estimável. As provisões são revistas à data do balanço e ajustadas para reflectir a melhor estimativa corrente. Se deixar de ser provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos, seja necessário para liquidar a obrigação, a provisão é revertida.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

2.15 Subsídios

Os subsídios são reconhecidos quando existe segurança de que o Grupo cumprirá as obrigações inerentes e o subsídio será recebido.

Os subsídios à exploração são reconhecidos na demonstração dos resultados de forma sistemática durante o período em que são reconhecidos os custos que eles visam compensar.

Os subsídios relativos a investimentos em activos fixos tangíveis são incluídos nos passivos não-correntes, como subsídios do estado diferidos, e são reconhecidos em resultados, numa base sistemática durante o período esperado de vida dos activos correspondentes.

2.16 Reconhecimento do rédito

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos e após eliminação das vendas internas. O rédito é reconhecido como segue:

2.16.1 Venda

As vendas de produtos (hardware e software) são reconhecidas quando uma entidade do Grupo forneça produtos ao cliente, o cliente aceite os produtos e a cobrança seja razoavelmente garantida.

2.16.2 Prestação de serviços

Geralmente os proveitos com projectos de consultoria são reconhecidos na data efectiva em que os serviços são prestados.

Os proveitos com projectos de consultoria em regime de contrato fechado, são reconhecidos através do método da percentagem de acabamento, com base nos totais de custos incorridos, estimativas de custos a incorrer e facturação contratada para conclusão dos mesmos, preparadas pelos responsáveis técnicos de cada projecto. Desta forma, para os projectos em curso à data de balanço, as rubricas acréscimos de custos, custos diferidos, acréscimos de proveitos e proveitos diferidos são ajustadas de forma a demonstrar o resultado de cada projecto no final do período.

2.16.3 Manutenção / Suporte

Os proveitos relacionados com contratos de manutenção/suporte são reconhecidos no período de contrato de acordo com quotas constantes

2.16.4 Juros

A receita de juros é reconhecida numa base de proporcionalidade de tempo que tome em consideração o rendimento efectivo do activo. Quando uma conta a receber se encontra em imparidade, o Grupo reduz o seu valor contabilístico para o valor recuperável, sendo este igual ao valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juro efectiva original do instrumento. O desconto continua a ser reconhecido como proveito financeiro.

2.17 Locações

As locações são classificadas como locações operacionais se uma parcela significativa dos riscos e benefícios inerentes à posse do bem for retida pelo locador. Os pagamentos efectuados em locações operacionais (deduzidos de eventuais incentivos recebidos do locador) são reflectidos na demonstração dos resultados, pelo método das quotas constantes, durante o período da locação.

No caso dos contratos de locação financeira, os activos fixos tangíveis imobilizados adquiridos, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizadas pelo método financeiro. De acordo com este método o custo do activo é registado nos activos fixos tangíveis e a correspondente responsabilidade é registada no passivo. As amortizações daqueles bens e os juros incluídos no valor das rendas são registadas nos resultados do exercício a que respeitam.

Locações de activos fixos tangíveis onde o Grupo tem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade são classificadas como locações financeiras. As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do activo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Cada pagamento efectuado é segregado entre o passivo em dívida e o encargo financeiro, de forma a obter-se uma taxa constante sobre a dívida em aberto. As obrigações da locação, líquidas de encargos financeiros são incluídas em “Empréstimos”. A parcela dos juros é levada a gastos financeiros no período da locação de forma a produzir uma taxa constante periódica de juros sobre a dívida remanescente em cada período. Os activos fixos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do activo ou o prazo da locação.

3 Gestão do risco financeiro

As actividades do Grupo estão expostas a uma variedade de factores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associados à taxa de juro.

3.1 Risco de crédito

O Grupo não tem concentrações de risco de crédito significativas e tem políticas que asseguram que as vendas e prestações de serviços são efectuadas a clientes com um histórico de crédito apropriado que limitam o montante de crédito a que

têm acesso os seus clientes. O acesso, pelo Grupo, a crédito é realizado com instituições financeiras credíveis.

3.2 Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção da caixa e depósitos bancários a um nível suficiente, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a capacidade de liquidar posições de mercado. Relacionado com a dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria do Grupo pretende manter a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo as linhas de crédito disponíveis.

3.3 Risco de fluxos de caixa e de justo valor associados à taxa de juro

Como o Grupo não tem activos remunerados com juros significativos, o lucro e os fluxos de caixa operacionais são substancialmente independentes das alterações da taxa de juro de mercado.

O risco de taxa de juro do Grupo resulta de empréstimos a curto e longo prazos. Os empréstimos de taxa variável expõem o Grupo ao risco de fluxo de caixa relativo à taxa de juro. A Administração não considera economicamente necessária a implementação de uma política de gestão de risco de fluxo de caixa relativo à taxa de juro dado que a dívida remunerada do Grupo não é considerada materialmente relevante.

4 Estimativas contabilísticas e pressupostos críticos

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites requer o uso de estimativas e pressupostos que afectam as quantias reportadas de activos e passivos, assim como as quantias reportadas de proveitos e custos durante o período de relato. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da gestão em relação aos eventos e acções correntes, os resultados finais podem, em última instância, diferir destas estimativas.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico dos activos e passivos no exercício seguinte são apresentadas abaixo:

4.1 Estimativa da imparidade do goodwill

O Grupo testa anualmente se o goodwill se encontra em imparidade, de acordo com a política contabilística referida na Nota 2. Os valores recuperáveis das unidades geradoras de fluxos de caixa foram calculados de acordo com o seu valor em uso. Estes cálculos requerem o uso de estimativas.

4.2 Impostos Diferidos

O Grupo contabiliza impostos diferidos activos com base nos prejuízos fiscais existentes à data de balanço e no cálculo de recuperação dos mesmos. Estes cálculos requerem o uso de estimativas.

4.3 Rédito

O reconhecimento do rédito pelo Grupo é feito com recurso a análises e estimativas da gestão no que concerne ao desenvolvimento actual e futuro dos projectos de consultoria, os quais podem vir a ter um desenvolvimento futuro diferente do orçamentado à presente data.

5 Informação por segmentos

Dadas as características da actividade operacional do Grupo a esta data, considera-se existir apenas um segmento de negócio relatável. No entanto, por questões funcionais, a Administração definiu uma estrutura organizativa que assenta em quatro linhas de negócio:

- Infra-estruturas
- Serviços
- Tecnologias próprias
- Serviços partilhados

6 Empresas incluídas e excluídas na consolidação

As empresas incluídas na consolidação pelo método integral à data de 30 de Junho de 2006, eram as seguintes (todas detidas a 100% pelo grupo):

Empresa Holding, empresas filiais e associadas	Sede Social	Capital Social
ParaRede SGPS, SA	Lisboa	36.371.469
ParaRede - Tecnologias de Informação , SA	Lisboa	4.367.935
ParaRede BJS, SA	Madrid	1.899.198
NetPeople - Conteúdos Multimédia e Comércio Electrónico, SA	Lisboa	2.500.000
ParaRede Netpeople - Tecnologias de Informação , SA	Lisboa	225.000

7 Activos fixos tangíveis

	30.Junho.06			31.Dezembro.05		
	Custo	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido	Custo	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Terrenos e recursos naturais	24.691	-	24.691	24.691	-	24.691
Edifícios e outras construções	241.133	40.238	200.895	74.071	19.259	54.812
Equipamento básico	266.462	123.251	143.211	408.006	233.386	174.620
Equipamento de transporte	72.671	42.597	30.074	64.857	35.483	29.374
Ferramentas e utensílios	82.293	63.412	18.881	81.494	58.623	22.871
Equipamento administrativo	1.785.173	1.352.931	432.242	2.203.281	1.551.401	651.880
Outras	19.648	13.427	6.221	19.648	11.461	8.187
	<u>2.492.071</u>	<u>1.635.856</u>	<u>856.215</u>	<u>2.876.048</u>	<u>1.909.613</u>	<u>966.435</u>

	Saldo em 01.01.06	Aquisições /Dotações	Abates/ Alienações	Transferencias	Variação Perímetro	Saldo em 30.06.06
<i>Custo</i>						
Terrenos e recursos naturais	24.691	-	-	-	-	24.691
Edifícios e outras construções	74.071	-	-	167.062	-	241.133
Equipamento básico	408.006	-	(141.544)	-	-	266.462
Equipamento de transporte	64.857	23.231	(15.417)	-	-	72.671
Ferramentas e utensílios	81.494	799	-	-	-	82.293
Equipamento administrativo	2.203.281	33.858	(451.966)	-	-	1.785.173
Outras	19.648	-	-	-	-	19.648
	<u>2.876.048</u>	<u>57.888</u>	<u>(608.927)</u>	<u>167.062</u>	<u>0</u>	<u>2.492.071</u>

Amortizações Acumuladas

Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	0
Edifícios e outras construções	19.259	26.420	(5.441)	-	-	40.238
Equipamento básico	233.386	31.750	(141.885)	-	-	123.251
Equipamento de transporte	35.483	8.975	(1.861)	-	-	42.597
Ferramentas e utensílios	58.623	4.789	-	-	-	63.412
Equipamento administrativo	1.551.401	177.010	(375.479)	-	-	1.352.932
Outras imobilizações corpóreas	11.461	1.965	-	-	-	13.426
	<u>1.909.613</u>	<u>250.909</u>	<u>(524.666)</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>1.635.856</u>

Os contratos de locação financeira estão relevados da seguinte forma:

30 de Junho de 2006			
Descrição do Bem	Valor Aquisição	Amortização Acumulada	Valor líquido
Viaturas	69.531	38.105	31.426
Edifícios	98.762	20.000	78.762
Equipamento informático	102.495	61.397	41.098
Totais	270.788	119.502	151.286

31 de Dezembro de 2005			
Descrição do Bem	Valor Aquisição	Amortização Acumulada	Valor líquido
Viaturas	46.300	30.866	15.434
Edifícios	98.762	19.259	79.503
Equipamento informático	102.495	48.585	53.910
Totais	247.557	98.710	148.847

8 Activos intangíveis

	30.Junho.06			31.Dezembro.05		
	Custo	Amortizações acumuladas e imparidades	Valor líquido	Custo	Amortizações acumuladas e imparidades	Valor líquido
Propriedade industrial e outros direitos	-	-	0	-	-	0
Goodwill	70.564.871	25.910.216	44.654.655	70.564.871	25.910.216	44.654.655
Intangíveis desenvolvidos internamente	358.844	59.807	299.037	1.084.710	-	1.084.710
Outros	-	-	-	127.193	-	127.193
	<u>70.923.715</u>	<u>25.970.023</u>	<u>44.953.692</u>	<u>71.776.774</u>	<u>25.910.216</u>	<u>45.866.558</u>
	Saldo em 01.01.06	Aquisições /dotações	P.imparidade / abates	Transf.	Variação perímetro	Saldo em 30.06.06
<i>Custo</i>						
Propriedade industrial e outros direitos	-	-	-	-	-	0
Goodwill	70.564.871	-	-	-	-	70.564.871
Intangíveis desenvolvidos internamente	1.084.710	-	-725.866	-	-	358.844
Outros	127.193	39.869	-	-167.062	-	0
	<u>71.776.774</u>	<u>39.869</u>	<u>-725.866</u>	<u>-167.062</u>	<u>0</u>	<u>70.923.715</u>
<i>Amortizações e imparidades acumuladas</i>						
Propriedade industrial e outros direitos	-	-	-	-	-	0
Goodwill	25.910.216	-	-	-	-	25.910.216
Intangíveis desenvolvidos internamente	-	59.807	-	-	-	59.807
	<u>25.910.216</u>	<u>59.807</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>25.970.023</u>

Na rubrica de intangíveis desenvolvidos internamente, a 30 de Junho de 2006, encontram-se relevados dois projectos relacionados com o desenvolvimento interno de produtos próprios:

POS Sedna	250.578
POS Europa	<u>108.266</u>
	358.844

O valor de Goodwill existente à data de 30 de Junho de 2006 ascende a 44.655 mil euros líquidos dizendo respeito às seguintes operações:

Transacção	Valor bruto	Amortizações e Imparidades acumuladas	Valor líquido
Eurociber (2000)	42.071.472	22.223.085	19.848.387
WEN (2005)	22.706.268	-	22.706.268
ParaRede BJS (1999)	3.687.131	3.687.131	0
GAIN (2005)	2.100.000	-	2.100.000
Total	<u>70.564.871</u>	<u>25.910.216</u>	<u>44.654.655</u>

Apesar de em 30 de Junho de 2006 não ter sido feito qualquer teste de imparidade, a Administração considera que não existe qualquer imparidade adicional dos intangíveis, além dos montantes acima mencionados.

9 Investimentos em associadas

Participada	Sede	%
ACETECNO - Tecnologias de Informação Comunicações e Electronica, ACE	Lisboa	20%

10 Impostos diferidos activos

O imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC) é auto-liquidado pelas empresas que constituem o Grupo e, de acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos. Contudo, no caso de serem apresentados prejuízos fiscais estas podem ser sujeitas à revisão pelas autoridades fiscais por um período de 10 anos. A Administração entende que as correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais às declarações de impostos não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 30 de Junho de 2006.

Os prejuízos fiscais gerados pelas empresas que constituem o Grupo em Portugal sujeitos também a inspecção e eventual ajustamento, podem ser deduzidos a lucros fiscais nos seis anos seguintes. O montante de prejuízos fiscais por utilizar e os anos limite para a sua dedução são os seguintes:

<u>Ano de prejuízo fiscal</u>	<u>Valores em M€</u>	<u>Ano limite para dedução</u>
2001	36.902	2007
2002	46.313	2008
2003	28.177	2009
2004	128	2010
2005	6.777	2011
Total de prejuízos fiscais disponíveis	<u>118.297</u>	
Valor estimado dedutível no futuro	25.290	
Taxa de Imposto	27,50%	
Imposto diferido Activo	<u><u>6.955</u></u>	

Tendo em conta as previsões do resultado fiscal dos próximos exercícios, e de acordo com a legislação em vigor foi reconhecido, pela primeira vez, no exercício de 2004, um imposto diferido activo, no montante de 8.455 mil euros – montante que traduzia, de uma forma conservadora, as expectativas que o Grupo tinha relativamente aos resultados dos próximos exercícios.

É entendimento da Administração que a inclusão do Grupo WhatEverNet no universo ParaRede, ocorrida em 2005, potenciou, de uma forma muito significativa a utilização do reporte fiscal; contudo, na sequência de uma comunicação da Administração Fiscal, a possibilidade de dedução no futuro desses prejuízos fiscais foi fortemente afectada, obrigando ao recálculo do valor recuperável nos próximos exercícios. Assim, o montante do imposto diferido activo foi, no exercício de 2005, prudentemente reduzido em 1.500.000 euros, fixando-se em 6.955.000 euros.

11 Existências

	30.06.06	31.12.05
Mercadorias	1.231.120	1.843.053
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	622.830	332.719
	<u>1.853.950</u>	<u>2.175.772</u>
Provisão para imparidade	(118.734)	(118.734)
	<u>1.735.216</u>	<u>2.057.038</u>

12 Contas a receber de clientes e outros devedores

	30.06.06	31.12.05
Clientes de conta corrente	15.812.007	19.901.611
Clientes de cobrança duvidosa	889.431	5.165.430
Provisões para imparidade	(889.431)	(3.776.859)
	<u>15.812.007</u>	<u>21.290.182</u>
Pessoal	86.172	27.031
Impostos	475.973	560.664
Outros devedores	1.941.772	12.620
	<u>2.503.917</u>	<u>600.315</u>
	<u>18.315.924</u>	<u>21.890.497</u>

A rubrica clientes de conta corrente inclui as facturas dos clientes que foram cedidas à empresa de factoring, no valor de 3.070 mil euros, e cujo adiantamento se encontra reflectido em empréstimos (ver Nota 19).

A perda por imparidade resulta de análises detalhadas segundo as quais determinados valores em dívida poderão não vir a ser recebidos na sua totalidade.

13 Acréscimos e diferimentos activos

Acréscimos de proveitos	30.06.06	31.12.05
Subsídios	-	176.812
Projectos em curso	1.821.254	1.363.737
	<u>1.821.254</u>	<u>1.540.549</u>
Custos diferidos		
Rendas	39.071	41.291
Seguros	86.260	34.795
Projectos em curso	3.523.603	2.098.298
Publicidade	-	655
Trabalhos especializados	6.921	16.839
Outros custos diferidos	80.443	158.746
	<u>3.736.298</u>	<u>2.350.624</u>
	<u>5.557.552</u>	<u>3.891.173</u>

14 Caixa e equivalentes de caixa

	30.06.05	31.12.05
Caixa	3.172	5.963
Depositos bancários de curto prazo	706.314	817.655
Outras aplicações de tesouraria	-	-
	<u>709.486</u>	<u>823.618</u>

15 Capital social

	Número de Acções	Capital social	Prémio de emissão	Acções próprias	Total
Em 31 de Dezembro de 2005	363.714.694	36.371.470	17.202.967	0	53.574.437
Aumento capital conversão de créditos	-	-	-	-	0
Redução de capital para cobrir prejuízos	-	-	-17.202.967	-	-17.202.967
Alienação de acções próprias	-	-	-	-	0
Em 30 de Junho de 2006	363.714.694	36.371.470	0	0	36.371.470

Durante o primeiro semestre de 2006, o valor referente a prémios de emissão foi utilizado para cobertura de prejuízos.

O capital social encontra-se integralmente realizado em 30 de Junho de 2006.

16 Reservas e resultados acumulados

	Reserva legal	Outras reservas	Resultados retidos	Interesses minoritários	Total
Em 31 de Dezembro de 2005	1.844.801	85.123	(11.514.602)	0	(9.584.678)
Redução capital p/ cobrir prejuízos	-	-	17.202.967	-	17.202.967
Resultado do ano de 2005	-	(73.052)	73.052	-	0
Resultado do período	-	-	101.902	-	101.902
Em 30 de Junho de 2006	1.844.801	12.071	5.863.319	0	7.720.191

17 Contas a pagar a fornecedores e outros credores

	30.06.06	31.12.05
<i>Correntes</i>		
Fornecedores	9.631.676	15.971.905
Estado e outros entes públicos	933.120	629.841
Colaboradores	30.129	-
Outros credores	533.677	796.107
	<u>11.128.602</u>	<u>17.397.853</u>
<i>Não correntes</i>		
Outros credores	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>
Total de contas a pagar a fornecedores e outros credores	<u>11.128.602</u>	<u>17.397.853</u>

À data de 30 de Junho de 2006 todas as contas a pagar a fornecedores e outros credores têm uma natureza corrente, porquanto todas as responsabilidades têm um prazo de vencimento inferior a 1 ano. Na rubrica “Outros credores” encontra-se registado o montante remanescente de 500 mil euros a pagar, em Novembro, pelo trespasse da GAIN.

18 Acréscimos e diferimentos passivos

Acréscimo de custos	30.06.06	31.12.05
Seguros a liquidar	10.488	25.138
Custos com pessoal	2.062.578	2.245.098
Comunicações	45.174	43.972
Trabalhos especializados	166.913	822.163
Conservação	3.838	2.522
Outros	539.581	255.665
Juros bancários	43.406	3.183
Projectos em curso	2.661.699	2.235.443
	<u>5.533.677</u>	<u>5.633.184</u>

Proveitos diferidos

Subsídios	-	-
Projectos em curso	5.339.077	6.644.768
Outros proveitos diferidos	-	-
	<u>5.339.077</u>	<u>6.644.768</u>
	<u>10.872.754</u>	<u>12.277.952</u>

19 Empréstimos

	30.06.06	31.12.05
Dívidas a instituições de crédito	9.952.185	2.142.489
Credores por locação financeira	113.055	117.543
Adiantamento de factoring	2.719.410	6.248.306
	<u>12.784.650</u>	<u>8.508.338</u>

Os valores constantes da rubrica “dívidas a instituições de crédito” são referentes a linhas de crédito autorizadas que não se encontram totalmente utilizadas, à excepção de 342 mil euros, referentes a um empréstimo cujos reembolsos são efectuados mensalmente e que deverão terminar em Janeiro de 2007.

As dívidas para com os bancos teve o movimento que se segue:

	30.06.06	31.12.05
Saldo Inicial	2.142.489	1.647.397
Aumento	8.410.000	8.652.603
Amortizações	(600.304)	(8.157.511)
Saldo Final	<u>9.952.185</u>	<u>2.142.489</u>

A média das taxas de juro efectivas à data do balanço eram as seguintes

	30.06.06	31.12.05
Dividas a instituições de crédito	5,00%	4,06%
Credores por locação financeira	5,11%	4,36%
Adiantamento de factoring	4,56%	3,99%
	<u>3,78%</u>	<u>4,01%</u>

20 Provisões para outros passivos e encargos

	30.06.06	31.12.05
Saldo em 1 de Janeiro	279.918	32.173
Anulação no exercício	-	(32.173)
Reforço	-	279.918
Utilizações	(70.000)	-
	<u>209.918</u>	<u>279.918</u>

21 Fornecimentos e serviços externos

	30.06.06	30.06.05
Comissões e honorários	20.287	206.125
Outros fornecimentos e serviços	615.968	673.238
Publicidade e propaganda	138.763	329.016
Rendas e alugueres	820.343	732.772
Trabalhos especializados	671.597	1.054.455
Transportes, deslocações e estadias e desp. representação	318.588	217.042
	<u>2.585.546</u>	<u>3.212.648</u>

22 Custos com o pessoal

	30.06.06	30.06.05
Remunerações dos órgãos sociais	469.613	744.566
Remunerações dos colaboradores	5.231.290	5.375.779
Encargos sobre remunerações	1.100.190	1.349.784
Outros custos com o pessoal	311.336	676.419
Custos de pessoal capitalizados	-	-468.701
	<u>7.112.429</u>	<u>7.677.847</u>

O número de pessoas em 30 de Junho de 2006 era de 268, que compara com 349 em Junho de 2005.

23 Outros ganhos e perdas líquidos

Os outros ganhos e perdas líquidos apresentados dizem respeito fundamentalmente ao reconhecimento de subsídios ao investimento (66 mil euros), a anulação de provisões para terceiros (85 mil euros) e a outros ganhos e perdas (61 mil euros).

24 Depreciações e amortizações

	30.06.06	30.06.05
<i>Activos fixos tangíveis</i>		
Edifícios e outras construções	26.420	741
Equipamento básico	31.750	112.398
Equipamento de transporte	8.975	12.270
Ferramentas e utensílios	4.789	7.504
Equipamento administrativo	177.010	259.269
Outras imobilizações corpóreas	1.965	5.066
	<u>250.909</u>	<u>397.248</u>
<i>Activos intangíveis</i>		
Propriedade industrial e outros direitos	-	63
Intangíveis desenvolvidos internamente	188.963	-
	<u>188.963</u>	<u>63</u>

25 Resultados financeiros

	30.06.06	30.06.05
Juros obtidos	1.305	14.776
Diferenças de câmbio favorável	44.148	11.902
Outros ganhos financeiros	1.233	4.178
Juros pagos	(296.793)	(179.218)
Diferenças de câmbio desfavorável	(40.282)	(13.972)
Outras perdas financeiras	-	(4.446)
	(290.389)	(166.780)

26 Impostos sobre resultados

Apesar do grupo apresentar um lucro contabilístico de 102 mil euros, não se apurou qualquer valor de imposto dado só terem de se considerar as tributações autónomas, as quais são imateriais (ver Nota 10).

27 Resultados por acção

Básico

O cálculo do resultado básico por acção baseia-se no lucro atribuível aos accionistas ordinários dividido pela média ponderada de acções ordinárias no período, excluindo acções ordinárias compradas pelo Grupo e detidos como acções próprias.

	30.06.06	30.06.05
Resultado líquido do exercício atribuível aos accionistas ordinários	101.902	75.495
Nº médio ponderado de acções ordinárias	363.714.694	332.565.288
Resultado por acção - básico - euros	0,000	0,000

Diluído

O resultado diluído por acção é igual ao resultado básico por acção, devido à inexistência de instrumentos financeiros que venham a originar a diluição do capital social no futuro.

28 Compromissos

Os compromissos financeiros que não figuram no balanço referentes a garantias bancárias prestadas a terceiros destinadas a servir de caução aos projectos em curso, são discriminados como segue:

	30.06.06	31.12.05
Lusa – Ag. Noticias Portugal	-	1.839.786
IVV	1.217.977	1.217.977
Outras garantias	661.078	831.124
PT - Sistemas de Informação	207.830	207.830
BNA	138.795	138.795
Governo Provincia de Benguela	105.346	113.410
IAPMEI	9.191	9.191
GIC HI-TECH	850.000	-
Total garantias prestadas	<u>3.190.217</u>	<u>4.358.113</u>

Relativamente ao financiamento concedido pelo BES à ParaRede SGPS, o montante de crédito foi elevado de 6,2 Milhões de euros para 9,5 Milhões de euros, mantendo-se o penhor de 100% das acções da ParaRede TI, SA como garantia do mesmo. O montante utilizado em 30 de Junho de 2006 era de 8,5 Milhões de euros.

29 Eventos após a data de balanço

- Alteração da composição da Comissão Executiva
Em 12 de Julho, o Eng. Paulo Jorge Tavares Guedes apresentou a renúncia ao cargo de Administrador Executivo, continuando a exercer as funções de Administrador da Sociedade.
A composição da Comissão Executiva passou a ser a seguinte:
 - Dr. Pedro Rebelo Pinto, que exerce as funções de Presidente;
 - Dr. João Moreira.A composição do Conselho de Administração manteve-se inalterada:
 - Dr. Pedro Rebelo Pinto, que exerce as funções de Presidente;
 - Dr. João Moreira;

30 Outras Informações

- O Banco Espírito Santo, SA detém uma posição de 9,29% no capital da ParaRede SGPS, e há dois administradores não executivos que desempenham funções em empresas do Grupo BES. As transacções existentes entre o BES e a ParaRede são efectuadas de acordo com as condições de mercado.
- Dada a eliminação da exigência do relatório do auditor para as contas semestrais, as presentes demonstrações financeiras consolidadas interinas não foram sujeitas a auditoria, razão pela qual não faz parte dos documentos de prestação de contas o relatório do auditor.

Balanço Individual

Código das Contas	ACTIVO	30.06.2006			30.06.2005
		AB	AA	AL	
	IMOBILIZADO				
	Imobilizações Incorpóreas:				
431	Despesas de Instalação	273.170	189.523	83.647	174.694
432	Despesas de Invest. Desenvolvimento	0	0	0	0
433	Prop. Industrial e Outros Direitos	0	0	0	0
434	Trespases	68.539.606	36.436.354	32.103.252	37.573.902
44	Imobilizações em Curso	0	0	0	0
		68.812.776	36.625.877	32.186.899	37.748.596
	Imobilizações Corpóreas:				
426	Equipamento Administrativo	339.566	320.790	18.776	31.283
429	Outras Imobilizações Corpóreas	0	0	0	0
44	Imobilizações em Curso	0	0	0	0
		339.566	320.790	18.776	31.283
41	Investimentos Financeiros:				
4111	Partes de Capital em Empresas do Grupo	7.435.799	0	7.435.799	16.889.189
4112	Partes de Capital em Empresas Associadas	0	0	0	0
4113	Partes de Capital em Outras Empresas	0	0	0	0
447	Adiant. por conta Invest. Financeiros	0	0	0	0
		7.435.799	0	7.435.799	16.889.189
	CIRCULANTE				
	Dívidas de Terceiros - Curto Prazo:				
211	Clientes c/c	0	0	0	39.948
252	Empresas do Grupo	8.672.247	0	8.672.247	11.417.264
229	Adiantamentos a Fornecedores	0	0	0	0
24	Estado e Outros Entes Públicos	67.910	0	67.910	274.234
264	Subscritores de Capital	0	0	0	0
26	Outros Devedores	2.815	0	2.815	44.528
		8.742.972	0	8.742.972	11.775.974
	Depósitos Bancários e Caixa:				
12	Depósitos Bancários	18.128	0	18.128	61.853
11	Caixa	0	0	0	500
		18.128	0	18.128	62.353
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS				
271	Acréscimos de Proveitos	0	0	0	913.119
272	Custos Diferidos	5.479	0	5.479	8.518
		5.479	0	5.479	921.637
	Total de Amortizações		36.946.667		
	Total de Ajustamentos		0		
	TOTAL DO ACTIVO	85.354.720	36.946.667	48.408.053	67.429.032

O Técnico Oficial de Contas

A Administração

Código das Contas	CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	30.06.2006	30.06.2005
	CAPITAL PRÓPRIO		
51	Capital	36.371.470	36.371.470
521	Acções Próprias	0	0
522	Acções Próprias-Desc. e Prémios	0	0
54	Prémios de Emissão de Acções	0	17.202.967
55	Ajust. Partes Cap. Em Filiais e Assoc.	6.522	6.522
57	Reservas		
571	Reservas Legais	1.844.801	1.844.801
574	Reservas Livres	0	85.123
578	Reservas Indisponíveis	0	0
59	Resultados Transitados	(1.768.265)	910.397
	Subtotal	36.454.528	56.421.280
88	Resultado Líquido do Exercício	(2.750.598)	(2.790.779)
	Total do Capital Próprio	33.703.930	53.630.501
	PASSIVO		
	Provisões		
298	Outras Provisões	5.313.499	8.018.307
		5.313.499	8.018.307
	Dividas a Terceiros - Médio e Longo Prazo:		
231	Dividas a Instituições de Crédito	0	0
		0	0
	Dividas a Terceiros - Curto Prazo:		
221	Fornecedores c/c	18.737	166.600
231	Dividas a Instituições de Crédito	9.202.321	5.448.156
261	Fornecedores Imobilizado c/c	0	6.948
25	Accionistas	0	30.948
24	Estado e Outros Entes Públicos:		
241	Estimativa IRC a pagar	0	0
	Outros	13.090	20.824
26	Outros Credores	9.525	0
		9.243.673	5.673.476
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		
273	Acréscimos de Custos	146.951	106.748
274	Proveitos Diferidos	0	0
		146.951	106.748
	Total do Passivo	14.704.123	13.798.531
	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	48.408.053	67.429.032

O Técnico Oficial de Contas

A Administração

Demonstração dos Resultados Individual

Código das Contas	Descrição	30.06.2006		30.06.2005	
CUSTOS E PERDAS					
61	Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas: Mercadorias		0		0
62	Fornecimentos e Serviços Externos		96.307		248.636
64	Custos com o Pessoal				
641+642	Remunerações	411.416		420.207	
645/8	Encargos Sociais	21.266	432.682	27.726	447.933
662+663	Amortizações do Imob. Corp. e Incorp.	2.587.499		2.652.220	
666+667	Ajustamentos	0		0	
67	Provisões	0	2.587.499	0	2.652.220
63	Impostos	23.169		13.237	
65	Outros Custos e Perdas Operacionais	750	23.919	7.679	20.916
	(A).....		3.140.407		3.369.705
682	Perdas em Empresas do Grupo	0		1.530.711	
683+684	Amort. Prov. Apl. Invest. Financeiros	0	0	0	0
	Outros Juros e Custos Similares	218.688	218.688	89.929	1.620.640
	(C).....		3.359.095		4.990.345
69	Custos e Perdas Extraordinários		5.066		40.533
	(E).....		3.364.161		5.030.878
86	Imposto sobre o Rendimento do Exercício		0		0
	(G).....		3.364.161		5.030.878
88	Resultado Líquido do Exercício		(2.750.598)		(2.790.779)
			613.563		2.240.099
PROVEITOS E GANHOS					
71	Vendas	0		0	
72	Prestações de Serviços	0	0	913.119	913.119
74	Subsídios à Exploração		0		0
75	Trabalhos para a própria Empresa		0		0
73	Proveitos Suplementares		0		24
	(B).....		0		913.143
782	Ganhos em Empresas do Grupo	606.729		1.287.841	
	Outros Juros e Proveitos Similares	3	606.732	2.151	1.289.992
	(D).....		606.732		2.203.135
79	Proveitos e Ganhos Extraordinários		6.831		36.964
	(F).....		613.563		2.240.099
RESUMO:					
Resultados Operacionais (B) - (A)		(3.140.407)		(2.456.562)	
Resultados Financeiros (D-B) - (C-A)		388.044		(330.648)	
Resultados Correntes (D) - (C)		(2.752.363)		(2.787.210)	
Resultados Antes de Impostos (F) - (E)		(2.750.598)		(2.790.779)	
Resultados Líquido do Exercício (F) - (G)		(2.750.598)		(2.790.779)	

O Técnico Oficial de Contas

A Administração

Notas às Demonstrações Financeiras Individuais Interinas

30 de Junho de 2006

(valores em euros)

INTRODUÇÃO

A ParaRede SGPS, SA foi constituída em Dezembro de 1995 com o objectivo de definir, rever, e controlar a missão e as linhas de orientação estratégica do Grupo. A empresa tem a sua sede na Rua Laura Alves, nº 12 – 3º, em Lisboa, registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o nº04861, com o nº de contribuinte 503 541 320.

A actividade principal do grupo consiste na prestação de serviços na área das tecnologias de Informação assumindo-se como integrador de sistemas.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade (POC) para apresentação das Demonstrações Financeiras. As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ou a sua apresentação não é considerada relevante para apreciação das Demonstrações Financeiras.

1. INDICAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO POC

O registo dos factos contabilísticos e a elaboração e apresentação das demonstrações financeiras obedeceram não só às características qualitativas de relevância, fiabilidade e comparabilidade como também aos princípios contabilísticos da continuidade, da consistência e da especialização, do custo histórico, da prudência, da substância sob a forma e da materialidade conforme estão definidos respectivamente nos capítulos 3 e 4 do POC aprovado pelo Decreto-Lei 410/89 de 21 de Novembro.

3. CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

3.1. Imobilizado Corpóreo e Incorpóreo

- O imobilizado corpóreo é valorizado ao custo de aquisição, incluindo as despesas imputáveis à compra.
- O imobilizado incorpóreo compreende, fundamentalmente, as despesas de instalação e o valor dos trespasses que correspondem ao excesso do custo de aquisição sobre o valor atribuível aos capitais próprios, tendo sido, a partir do exercício de 1998, política do grupo apresentar os investimentos financeiros pelo método da equivalência patrimonial.

- As amortizações do imobilizado são efectuadas pelo método das quotas constantes, de acordo com o período de vida útil estimado que não diferem substancialmente das taxas máximas anuais permitidas para efeitos fiscais.
- As amortizações dos trespasses são efectuadas em 5 ou 10 anos, aplicando o método das quotas constantes, tendo em consideração o período de recuperação do investimento.
- As amortizações das despesas de investigação e desenvolvimento são efectuadas pelo método das quotas constantes num período de 3 anos.

3.2. Activos e Passivos em moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira são registadas ao câmbio da data considerada para a operação. São actualizadas ao contravalor em euros, às taxas de câmbio em vigor no final do exercício. As diferenças de câmbio ocorridas no exercício, realizadas ou potenciais, são registadas como Ganhos ou Perdas Financeiros.

3.3. Investimentos Financeiros

As participações financeiras em empresas do Grupo estão relevadas pelo método de equivalência patrimonial. No momento em que o capital próprio da participada passa a ter valor negativo é constituída uma provisão para o efeito.

3.4. Imposto sobre o Rendimento

A estimativa do imposto sobre o rendimento é determinada com base nos resultados antes de impostos, ajustados em conformidade com a legislação fiscal, tomando em consideração as diferenças temporais existentes.

3.5. Caixa e seus Equivalentes

Em caixa e seus equivalentes estão incluídos depósitos à ordem, caixa e outras aplicações de tesouraria .

4. COTAÇÕES UTILIZADAS

As operações em moeda estrangeira estão registadas ao câmbio da data considerada para a operação. Todas as diferenças de câmbio apuradas neste exercício foram registadas em resultados, tendo sido utilizadas as taxas abaixo listadas, à data de 30 de Junho de 2006.

Moeda	Média Compra/Venda (euro)
Libra Esterlina	0,6921
Dolar EUA	1,2713

7. NÚMERO MÉDIO DE PESSOAS AO SERVIÇO DA EMPRESA

O número médio de pessoas ao serviço da empresa, em 30 de Junho de 2006, era de 3 empregados.

8. DESPESAS DE INSTALAÇÃO E DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

As despesas de instalação incluem, os custos com os aumentos do Capital Social, nomeadamente as comissões pagas às instituições financeiras envolvidas no processo.

10. MOVIMENTOS OCORRIDOS NA RUBRICA DE IMOBILIZAÇÕES E RESPECTIVAS AMORTIZAÇÕES

10.1. – MOVIMENTO DO ACTIVO BRUTO

Rubricas	Activo Bruto					
	S.º Inicial	Aumentos	Alienação	MEP	Abates	S.º Final
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS						
Despesas de instalação	273 170	0	0	0	0	273 170
Despesas de I&D	0	0	0	0	0	0
Prop. intelectual e Outros Direitos	0	0	0	0	0	0
Diferenças de consolidação	68 539 606	0	0	0	0	68 539 606
Total Imobilizações Incorpóreas	68 812 776	0	0	0	0	68 812 776
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS						
Equipamento administrativo	339 566	0	0	0	0	339 566
Total Imobilizações Corpóreas	339 566	0	0	0	0	339 566
INVESTIMENTOS FINANCEIROS						
Partes de Capital em Emp.do Grupo	6 840 272	0	0	595 527	0	7 435 799
Partes de Capital em Emp. Assoc.	0	0	0	0	0	0
Partes de Capital em Out. Empresas	0	0	0	0	0	0
Total Investimentos Financeiros	6 840 272	0	0	595 527	0	7 435 799

A coluna do MEP reflecte, como o próprio nome indica, a aplicação do método de equivalência patrimonial – ver nota 34.

10.2 MOVIMENTO DAS AMORTIZAÇÕES E AJUSTAMENTOS

Rubricas	Amortizações Acumuladas				
	S.º Inicial	Reforços	Alienações	Abates	S.º Final
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS					
Despesas de Instalação	143 999	45 524	0	0	189 523
Despesas de I&D	0	0	0	0	0
Propriedade intelectual outros direitos	0	0	0	0	0
Diferenças de consolidação	33 900 632	2 535 722	0	0	36 436 354
Total Amortizações Imobilizado Incorpóreo	34 044 631	2 581 246	0	0	36 625 877
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS					
Equipamento administrativo	314 537	6 253	0	0	320 790
Outras imobilizações corpóreas	0	0	0	0	0
Total Amortizações Imobilizado Corpóreo	314 537	6253	0	0	320 790
INVESTIMENTOS FINANCEIROS					
Partes de Capital em Emp.do Grupo	0	0	0	0	0
Partes de Capital em Emp. Associadas	0	0	0	0	0
Partes de Capital em Out. Empresas	0	0	0	0	0
Total Provisões Investimentos Financeiros	0	0	0	0	0

15. BENS EM REGIME DE LOCAÇÃO FINANCEIRA

A empresa mantém equipamentos em regime de locação financeira, com os seguintes valores contabilísticos:

Descrição do Bem	Valor de Aquisição	Amortizaçã o	Valor Líquido
Equipamento Informático	162 904	162 904	0
Total	162 904	162 904	0

16. PARTES DE CAPITAL EM EMPRESAS DO GRUPO E PARTICIPADAS

Empresa	Capital detido %	31 de Dezembro de 2005		
		Ano	Capitais Próprios	RL do Exercício
GRUPO:				
ParaRede -Tecnologias de Informação, S.A. Sede- R. Laura Alves, 12-3º - 1050-138 Lisboa	100	2005	8 267 118	(15 001 207)
ParaRede - BJS, SA Sede – Avenida Afonso XOO, 105 – Borjo dcha. – 28016 Madrid	100	2005	(2 083 526)	1 045 327
Net People, S.A. Sede- R. Laura Alves, 12-3º - 1050-138 Lisboa	100	2005	(3 241 177)	234 528
ParaRede Netpeople-Tecnol. Informação, S.A. Sede- R. Laura Alves, 12-3º - 1050-138 Lisboa	100	2005	73 153	241 408

25. DÍVIDAS ACTIVAS E PASSIVAS RESPEITANTES A PESSOAL

Em 30 de Junho de 2006 existiam as seguintes dívidas activas:

	<u>Euros</u>
Adiantamentos p/ despesas	1 920

34. PROVISÕES

Provisões	Movimento nas contas de provisões			
	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
Provisões para outros (MEP)	5 324 702	0	11 203	5 313 499
Totais	5 324 702	0	11 203	5 313 499

Encontra-se constituída uma provisão para eventuais responsabilidades com as subsidiárias, no montante de 5 313 499 euros, o que corresponde ao valor dos Capitais Próprios negativos das mesmas em 30 de Junho de 2006.

A redução ocorrida na Provisão para Outros (MEP) diz respeito aos resultados líquidos positivos do semestre.

36. FORMA DE REPRESENTAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

O Capital Social está representado por 363 714 694 acções ao portador ao valor nominal de 0,10 euros/acção.

40. MOVIMENTOS OCORRIDOS NO EXERCÍCIO EM CAPITAIS PRÓPRIOS

Rúbricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Capital Social	36 371 470	0	0	36 371 470
Acções Próprias (v. nom)	0	0	0	0
Acções Próprias(desc./pr)	0	0	0	0
Prémio Emissão Acções	17 202 967	0	17 202 967	0
Ajust. Partes de Capital	6 522	0	0	6 522
Reservas Legais	1 844 801	0	0	1 844 801
Reservas Livres	85 123	0	85 123	0
Resultados Transitados	910 398	17 288 090	(19 966 753)	(1 768 265)
Resultado Líquido	(19 966 753)	(2 750 598)	19 966 753	(2 750 598)
Total	36 454 528	14 537 492	17 288 090	33 703 930

O Resultado Líquido negativo do exercício de 2005 foi transferido para a rubrica de Resultados Transitados.

De acordo com o deliberado na Assembleia Geral de 26 de Maio de 2006, os valores registados nas rubricas de “Prémios de Emissão de Acções” e “Reservas Livres” foram transferidos para Resultados Transitados para cobertura de prejuízos.

43. REMUNERAÇÕES DOS ORGÃOS SOCIAIS

Conselho de Administração Euros
411 416

45. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

CUSTOS E PERDAS	30.06.06	30.06.05	PROVEITOS E GANHOS	30.06.06	30.06.05
Juros suportados	177 138	59 046	Juros obtidos	0	2 151
Perdas em empresas Grupo	0	1 530 711	Ganhos em emp. Grupo	606 729	1 287 841
Ajustam. de aplic. financeiras	0	0	Dif. câmbio favoráveis	0	0
Dif. câmbio desfavoráveis	0	0	Outros prov. financeiros	3	0
Out. custos financeiros	41 550	30 883			
Resultados Financeiros	388 044	(330 648)			
Total	606 732	1 289 992	Total	606 732	1 289 992

O valor de ganhos em empresas do Grupo refere-se à aplicação do Método de Equivalência Patrimonial no período.

46. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

CUSTOS E PERDAS	30.06.06	30.06.05	PROVEITOS E GANHOS	30.06.06	30.06.05
Donativos	0	0	Ganhos em imobilizações	0	0
Perdas em imobilizado	0	0	Reduções de provisões	0	32 172
Multas e penalidades	0	0	Correc. exerc. anteriores	6 486	4 792
Aumentos amortizações	0	0	Out. prov. G. Extraord.	345	0
Correcções exerc. anteriores	5 066	40 533			
Out. C. perdas extraord.	0	0			
Resultados Extraordinários	1 765	(3 569)			
Total	6 831	36 964	Total	6 831	36 964

48. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

a) Empresas do Grupo

Na sequência da centralização da gestão financeira do Grupo pela SGPS, no sentido da optimização dos recursos obtidos e aplicados, esta última contratou a maior parte dos financiamentos bancários necessários ao suporte do investimento e do ciclo de exploração.

b) Programa de “Stock-Option”

A seguinte informação sumariza os dados principais sobre o plano de “Stock Option” do Grupo ParaRede:

Planos por Anos	Nº de Acções ¹ a disponibilizar	Nº de Opções sobre Acções atribuídas	Data de Exercício	Preço de Exercício (Eur)
2000	2 400 000	2 400 000		
Cons. Administração	900 000	900 000	2005	2,633
Colaboradores	1 500 000	1 500 000	2005	2,633
2001	2 500 000	-		
Cons. Administração	900 000	-	2004-2006	2,793
Colaboradores	1 600 000	-	2004-2006	2,793

A fim de criar fortes incentivos à retenção dos principais colaboradores da ParaRede, as Assembleias Gerais de 1999, 2000 e 2001 autorizaram o Conselho de Administração a instituir um programa de “stock options”, a exercer no período de 2002 a 2006, conforme evidenciado no quadro acima.

¹ Depois da correcção do aumento de capital

Durante o exercício de 2002 foi interrompido o programa de “Stock Options”, não tendo sido fixado, desde essa altura, qualquer montante de acções com essa finalidade.

A esta data a Administração considera improvável que o programa de “stock options” acima venha a gerar encargos materiais para a empresa.

c) O período em análise ficou marcado pela ocorrência dos seguintes factos:

- ParaRede multada em 100 Mil Euros pela CMVM

A ParaRede entende que a coima não tem fundamento legal, pelo que impugnou judicialmente a decisão proferida pela CMVM.

- Alterações no Conselho de Administração e Comissão Executiva

Na sequência da carta de renúncia apresentada pelo Dr. Paulo Miguel de Sousa Gonçalves Ramos, procedeu-se à reestruturação do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da Sociedade tendo aquele sido substituído pelo Dr. Pedro Rebelo Pinto em 12 de Maio. O Dr. João Moreira, que até então assegurava a Direcção Geral das Divisões de Infra-estruturas e Serviços, passou a integrar o Conselho de Administração e a Comissão Executiva.

d) Eventos subsequentes

- Alteração da composição da Comissão Executiva

Em 12 de Julho, o Eng. Paulo Jorge Tavares Guedes apresentou a renúncia ao cargo de Administrador Executivo, continuando a exercer as funções de Administrador da Sociedade.

A composição da Comissão Executiva passou a ser a seguinte:

- Dr. Pedro Rebelo Pinto, que exerce as funções de Presidente;
- Dr. João Moreira.

A composição do Conselho de Administração manteve-se inalterada:

- Dr. Pedro Rebelo Pinto, que exerce as funções de Presidente;
- Dr. João Moreira;
- Eng. Paulo Guedes;
- Eng. Miguel Rio Tinto;
- Eng. Pedro Inácio.

- e) As demonstrações financeiras individuais referentes ao 1º semestre de 2006 não foram sujeitas a auditoria, razão pela qual não faz parte destas demonstrações financeiras o relatório do auditor.

Aconselha-se, para melhor compreensão dos pontos acima referidos, a leitura do Relatório de Gestão.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

A ADMINISTRAÇÃO